



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>		
<b>EVENTO:</b> Fórum	<b>Nº:</b> 0668/10	<b>DATA:</b> 25/05/2010
<b>INÍCIO:</b> 10h22min	<b>TÉRMINO:</b> 12h05min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h43min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 01h43min	<b>PÁGINAS:</b> 30	<b>QUARTOS:</b> 21

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

JOELSON DIAS – Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.  
CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR – Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP.  
HELOÍSA HELENA – Vereadora e Presidenta do PSOL.

**SUMÁRIO: II Fórum Nacional Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira — Eleições 2010.**

**OBSERVAÇÕES**



**O SR. APRESENTADOR** (Alexandre Thé) - Senhoras e senhores, bom dia. Gostaria de convidar a todos para se aproximarem um pouquinho. Estamos todos muito dispersos. Se der para todo o mundo se aproximar, vai ser interessante.

Iniciamos neste momento o II Fórum Nacional Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira — Eleições 2010, promovido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Convidamos para compor a Mesa de abertura o Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, Deputado José Carlos Araújo (*palmas*); o Exmo. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Dr. Joelson Dias (*palmas*); o Exmo. Sr. membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e Coordenador do Programa O Peixe e a Arte de Pescar, Deputado Paulo Piau (*palmas*); a Exma. Sra. Presidenta Nacional do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, Vereadora Heloísa Helena (*palmas*); e, para completar, o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Sr. César Bechara Nader Mattar Júnior (*palmas*).

Pedimos que todos se coloquem de pé para a execução do Hino Nacional.

*(É executado o Hino Nacional.)*

**O SR. APRESENTADOR** (Alexandre Thé) - O fórum representa a continuidade das atividades do Programa O Peixe e a Arte de Pescar — Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira, constituído por uma rede de cooperação entre a Câmara dos Deputados e diversas entidades interessadas em discutir questões relacionadas a ética e cidadania. São elas: a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; o Rotary International; o Lions Internacional para América Latina e Central, México e Caribe; a Associação dos Magistrados Brasileiros — AMB; a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP; a União Nacional dos Legislativos Estaduais — UNALE; a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB; e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil — CONIC.

A programação deste II Fórum inclui palestras e debates acerca do processo eleitoral brasileiro, financiamento das campanhas, fiscalização do processo eleitoral, papel da mídia nas eleições, além do lançamento da cartilha *Ética e Cidadania nas Eleições 2010*.



Com a palavra o Sr. Deputado José Carlos Araújo, que presidirá os trabalhos desta Mesa de abertura a partir deste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Carlos Araújo) - Minhas senhoras e meus senhores, bom dia.

Exmo. Sr. Ministro Joelson Dias, do Tribunal Superior Eleitoral; Exmo. Sr. Deputado Paulo Piau, Coordenador do Programa O Peixe e a Arte de Pescar e membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara; Exma. Sra. Vereadora Heloísa Helena, Presidente Nacional do PSOL; Exmo. Sr. Procurador César Bechara Nader Mattar Júnior, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; demais Parlamentares e autoridades que prestigiam este evento, senhoras e senhores expositores, debatedores, presidentes e representantes de instituições aqui presentes, senhoras e senhores representantes da imprensa, servidores da Casa, ilustres convidados que muito nos honram com suas presenças, na condição de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e em nome dos demais integrantes do colegiado, agradecemos a honrosa presença de todos os que aceitaram nosso convite para participar deste evento. Sejam bem-vindos.

Ao darmos início a este fórum, registramos inicialmente os nossos agradecimentos ao Deputado Michel Temer, Presidente desta Casa, pelo incentivo e pelo apoio dados à realização dos nossos trabalhos, e ao Ministro Joelson Dias, do egrégio Tribunal Superior Eleitoral, por ter conseguido conciliar sua agenda para prestigiar a abertura deste fórum e brindar-nos com a sua mensagem.

Manifestamos os nossos agradecimentos aos expositores e expositoras, debatedores e debatedoras, presidentes e representantes das entidades que prontamente atenderam ao nosso convite, na certeza de que enriquecerão nossas atividades com seus conhecimentos, experiências e visões críticas sobre temas tão importantes, que vamos abordar durante todo o dia.

Registramos nossa gratidão também ao Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados — CEFOR, na pessoa do seu Diretor, e aos demais servidores, pela parceria na realização desse programa e pelo imprescindível suporte técnico que vêm dando ao Conselho de Ética para a viabilização das ações do nosso programa.



Senhoras e senhores, é uma satisfação podermos compartilhar das discussões de tão importantes e oportunos temas. Para aqueles que ainda não o conhecem, gostaria de apresentar o Deputado Paulo Piau Nogueira, do PMDB de Minas Gerais, integrante do Conselho de Ética da Câmara e Coordenador do Programa O Peixe e a Arte de Pescar — Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira. Não pretendemos avançar na exposição de S.Exa.; permitam-nos apenas informar que em 2007 o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar celebrou protocolo de intenções com várias e importantes instituições da sociedade brasileira aqui representadas, com o objetivo de promover ações institucionais visando promover e estimular o debate sobre ética e cidadania, em defesa dos valores maiores da sociedade brasileira. Esse programa tem como ponto fulcral um fórum anual e a realização de oficinas de integração, para apresentar e discutir ações.

É nesse contexto que foi concebido mais um evento, desta feita tendo como foco as eleições de 2010, cujo processo já estamos vivenciando. O Deputado Paulo Piau vai discorrer com maior profundidade sobre as ações idealizadas para alcançar os objetivos pretendidos.

Ilustres participantes, expressamos a certeza de que as palestras e discussões que aqui se desenvolverão vão contribuir para uma maior conscientização da defesa dos preceitos éticos e de cidadania que devem balizar o comportamento dos diversos segmentos sociais que conformam a sociedade brasileira, divulgando e aprimorando práticas e ações construtivas. Nós que integramos o Parlamento brasileiro, pilar de sustentação da democracia representativa, estamos conscientes das nossas responsabilidades e da necessidade de serem promovidas ações positivas com vistas a resgatarmos os valores essenciais que permeiam a nossa atuação como cidadãos e agentes públicos.

A percepção da ética, com seus avanços e desafios, e a observância efetiva dos seus preceitos, associada à conduta decorosa, são práticas que interessam a toda a sociedade, inerentes a qualquer atividade ou meio. Permitam-me dizer que, à frente do Conselho de Ética, estamos procurando conduzir a gestão atuando em 2 vertentes: na primeira, dirigimos os nossos esforços para o trabalho de difusão dos valores da ética e do decoro, dos quais são exemplos as iniciativas que vivenciamos



neste evento; na outra frente, de ordem interna e disciplinar, buscamos acompanhar, identificar e propor correções e punição para aqueles que se desviam do caminho da retidão e maculam nossa imagem.

Com esse objetivo, propusemos uma significativa reforma do nosso Código de Conduta, que data de 2001, e da estrutura do Conselho de Ética, buscando dotá-lo de instrumentos jurídicos e regimentais mais eficazes para cumprir adequadamente a sua difícil tarefa. Registramos que nesta Casa já está em vias de aprovação o projeto que apresentamos, que já conta com pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania e da Mesa Diretora, e esperamos que em breve, feitos os últimos ajustes, o Presidente Michel Temer leve a matéria à apreciação do Plenário da Casa.

Senhoras e senhores, ao encerrarmos estas palavras, registramos a nossa convicção de que este encontro será uma privilegiada fonte de saber, da qual colheremos valiosas contribuições para aperfeiçoar ações e condutas que levem à rigorosa observância dos preceitos éticos que devem nortear a conduta do ser humano em sociedade e sobretudo a dos agentes públicos e privados.

O fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com a construção de um País mais justo e sem corrupção, passa pela maturidade política. Só alcançaremos essa maturidade promovendo as reformas que se fazem necessárias, sobretudo a do campo político eleitoral, e perseguindo obstinadamente a observância dos princípios comportamentais atinentes à ética, ao decoro e à cidadania, que aqui vamos mais uma vez discutir. Que as eleições de 2010 sejam pautadas pela observância desses princípios, e que os trabalhos que ora iniciamos sejam profícuos.

Ouviremos agora o ilustre Ministro Joelson Dias, a quem tenho a honra de passar a palavra. (*Palmas.*)

**O SR. MINISTRO JOELSON DIAS** - Muito bom dia. Permitam-me as ilustres autoridades da Mesa saudá-las todas na pessoa do ilustre Deputado José Carlos Araújo, digno Presidente deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Eu queria agradecer ao Deputado Paulo Piau, que é não somente integrante deste Conselho de Ética, mas também Coordenador do Programa O Peixe e a Arte



de Pescar, o convite que me foi formulado, e que com muita honra, é claro, recebi, para participar de tão importante evento. É muito significativo, Deputados José Carlos Araújo e Paulo Piau, que uma iniciativa como esta esteja a ocorrer na Câmara dos Deputados por iniciativa do seu Conselho de Ética. Afinal, é esta Casa do Congresso Nacional brasileiro que representa a sociedade nos seus mais diferentes matizes, que reforça um princípio constitucional básico como o do pluralismo político e da diversidade de idéias que, felizmente, permeia e enriquece tanto a nossa sociedade.

Falar de ética é falar de conduta, mas é também falar de valores, e por isso de opções, de escolha, de um fim para o qual a conduta dos indivíduos deve ser orientada, dos meios para se atingir tal fim. Eis, portanto, a singela reflexão que ora proponho: não apenas a vida comum mas também as ações honestas e virtuosas são a finalidade da sociedade política.

Aristóteles dizia-nos que a cidade — ou, em nossa linguagem contemporânea, o Estado — é um lugar de promoção humana. A cidade não era tida somente como simples comunidade onde se busca a sobrevivência da espécie. Era mais do que isso. Na cidade busca-se ou se deveria buscar o bem viver, a qualidade para se viver, e não somente as condições que satisfaçam as necessidades elementares. Por isso, o fim da sociedade ou do Estado deve ou deveria ser a felicidade na vida. Ao Estado têm ou deveriam ter mais importância os que melhor contribuem para formar essa associação, e não aqueles iguais ou superiores aos demais em liberdade ou em nascimento, mas desiguais em virtudes políticas. Essa finalidade do Estado diz ou deveria dizer, portanto, com a própria natureza ou essência do indivíduo.

Como sabemos, foi Maquiavel quem nos alertou que a política já não era mais pensada a partir da religião, tampouco a partir da ética. Rompera portanto ela, a política, com o legado que nos haviam deixado os gregos. A política deixa de ser pensada como uma ciência, relacionada à filosofia, sobre o comportamento moral dos indivíduos em sociedade, e apresenta-se como um campo de estudo independente, com regras e dinâmica próprias, livres de considerações privadas, morais ou filosóficas. Já não lhe interessava mais perquirir o ideal para o qual o indivíduo se dirige por sua própria natureza. Tornara-se simples técnica, com leis



próprias, atinente ao cotidiano dos indivíduos. O mundo do ser falava mais alto que o mundo do dever ser.

De qualquer sorte, ao denunciar sobretudo a hipocrisia moral da época, Maquiavel também permitiu que a política pudesse ser assimilada por um número maior e mais significativo dos seus contemporâneos. Desde então, o grande desafio tem sido provar que a política não se esgota ou não deveria esgotar-se simplesmente na luta pelo poder político e por sua manutenção; que a liberdade e a ética são fundamentais para a vida plena na cidade, para a felicidade do indivíduo; e que, como também nos dizia Aristóteles, só existe política com ética. Quando há uma ruptura entre ética e política, a cidade deixa de ser cidade para acolher uma comunidade onde reina apenas a troca de favores, inclusive políticos.

Em outras palavras, desde então, o grande desafio tem sido provar que os fins não justificam os meios.

O espaço da política como expressão da vontade coletiva também é uma criação dos gregos. A política seria a mais alta dentre todas as ciências, e nela inclusive encontrar-se-ia o maior de todos os bens, isto é, a justiça.

Foi Kant quem nos revelou nossa razão teórica, isto é, nossa capacidade de pensar e raciocinar quando voltada apenas para a atividade intelectual. Não obstante, teríamos também uma razão prática, quando essa mesma capacidade de pensar e raciocinar se volta para o agir, ou seja, a de mostrar qual o princípio que a orienta. E Habermas, após distinguir três possíveis usos da razão prática — o uso pragmático, o uso ético e o uso moral —, adverte que a razão prática não pode ser exercida sem valorações. O indivíduo exerce então sua razão prática somente quando se questiona a respeito do conteúdo ético ou moral do seu agir, a respeito do sentido, do alcance, das consequências para os outros seres humanos. Por exemplo, no uso ético da sua razão prática o indivíduo define seu projeto de vida, mas busca o que é bom tanto para ele como para a sua comunidade. A tradição, os valores e certos ideais do grupo social ao qual pertence orientam então o agir ou a ação do indivíduo.

Ainda que dele não se exija uma ruptura com uma postura egocêntrica, como nos lembra Lara Guazzelli, no uso ético da razão prática a ação e o agir não são determinados simplesmente pelo resultado que o indivíduo pretende obter. Na



medida em que se analisa a razão prática não a partir do indivíduo, como fez Kant, mas de sua própria natureza comunitária ou social, emancipador mesmo seria o uso moral da razão prática na forma concebida por Habermas, segundo o qual o problema da justiça é que nortearia a ação ou o agir do indivíduo. Ao questionar os valores do mundo social no qual está inserido, a razão prática não realizaria apenas um ato individual; afinal, ao se perguntar sobre o que é justo, estaria o indivíduo em interação com os outros sujeitos, seja de forma efetiva, seja como horizonte de sua ação.

Bobbio também dedicou-se à análise da relação entre ética e política, mas o que desperta mesmo interesse, até porque não dissociada de sua visão entre ética e política, é a sua investigação sobre a teoria da democracia. Ainda que em momentos históricos distintos, Bobbio concebeu basicamente duas formas peculiares de regime democrático: a democracia ética e participativa e a democracia procedimental. De relevante, o fato é que Bobbio eleva a participação da cidadania. Mais que a defesa pura e simples do sufrágio universal, ele propõe seja ampliada a participação da cidadania e a democratização das instituições da própria sociedade civil.

A democracia é mais que o simples método inicialmente proposto por Kelsen, a luta pelo poder sobre as mais amplas bases. Como o próprio Kelsen reconheceria mais tarde, a eleição livre e sua consequência, a luta competitiva pelo voto popular, é um critério secundário da democracia, sendo o seu critério principal, essencial, a ideia de que ela é um governo do povo. Mas para que o governo possa ser do povo é necessário que ele, o povo, dele efetivamente participe.

Outra ideia básica que decorre dos ensinamentos de Bobbio é a de que há nítida correlação entre democracia, ao menos na sua acepção moderna, e proteção dos direitos fundamentais. A democracia não pode ser entendida como um simples método que resulte na negação democrática de alguns valores liberais fundamentais. Como nos explica Dworkin, se considerarmos a democracia apenas como governo da maioria, sem incluir em nossa definição qualquer alusão aos direitos humanos, torna-se impossível justificar ou mesmo explicar a afirmação de que a democracia estabelece o governo de seus cidadãos. A única maneira de explicar a afirmação de que a democracia dá ao cidadão o poder de governar é



abandonar a ideia de que a existência de leis e políticas defendidas pela maioria dos indivíduos, individualmente, basta para garantir a democracia.

John Stuart Mill afirmava que o mais importante mérito que pode possuir uma forma de governo é o de promover a virtude e a inteligência do próprio povo. É preciso ir além, portanto, da noção de que a democracia se limita à proteção do indivíduo contra o soberano. É necessário transformar não somente o indivíduo como a própria sociedade onde ele se insere.

Com efeito, pressões e fraudes, casos de roubo de urnas, substituição de listas, falsificação de atas e incremento do número de eleitores caracterizaram, por exemplo, as eleições na República Velha. Na época, Tavares de Lira, em pronunciamento de 1921, afirmava que não eram as leis que eram más em si, mas os costumes políticos vigentes é que levavam um partido a massacrar necessariamente o outro, pela necessidade que tinha o que estava no poder de assegurar câmaras unânimes para que pudesse governar. O defeito não é das leis, dizia Tavares de Lira, é do meio em que elas têm de ser aplicadas.

A realização de eleições limpas, antes de tudo, é um desafio ético, uma necessidade ética a se espriar pela política e pelos políticos, pelos servidores públicos, pelas empresas e — por que não dizer? — também pela própria justiça. A consecução desse objetivo é que dirá qual o Brasil do futuro que queremos. Não bastará o combate apenas às causas estruturais da pobreza, da exclusão, da desigualdade. Será necessário enfrentar e debelar também as causas estruturais do abuso e da corrupção, transformar o combate ao abuso e à corrupção na solução necessária de um problema que também é ético.

A realidade demonstrou as limitações de um pensamento economicista e reducionista que considerava o tema econômico simples assunto técnico. Nosso déficit ético, ou de debate ético, gerou uma anomia que tem facilitado a corrupção. Algum efeito também sobre a cidadania tem a desigualdade social. Juntamente com o fortalecimento da democracia, surge a necessidade de desenvolvimento social e econômico.

Amartya Sen, Prêmio Nobel de economia, destaca a importância entre política e economia. Diz Amartya Sen: *“Nenhum país dotado de um sistema de eleições com partidos múltiplos, onde os partidos de oposição são capazes de expressar-se como*



*tal, com uma imprensa com a capacidade de informar e julgar a política governamental, sem medo de censura, tem sofrido crises de forma realmente importante”.*

Kliksberg ressalta que um grande número de pesquisas recentes dão conta de correlações estatísticas significativas entre o bom funcionamento de instituições básicas como os mecanismos contra a corrupção, a qualidade das instituições públicas, a credibilidade, e, de outro lado, o progresso no crescimento, no desenvolvimento social e na equidade.

Victor Nunes Leal já apontava a corrupção eleitoral como um dos mais notórios e enraizados flagelos do regime representativo no Brasil. Saliava que os defeitos do nosso sistema/regime representativo eram atribuídos a fatores de ordem puramente ou precipuamente técnica, política. Por esse motivo, a atenção dos observadores quase sempre se desviava dos fatores econômicos e sociais mais profundos que eram e ainda são os maiores responsáveis pelo governismo e, portanto, pelo falseamento intrínseco da nossa representação.

O Direito Constitucional, por isso, deve ser mesmo marcado pela pretensão de condicionar o processo político, vinculando tanto as maiorias como as minorias, tanto a geração presente como as futuras, como nos ensina Luís Pedro Pereira Coutinho. Já Canotilho, por sua vez, adverte que o Direito Constitucional sofre de asfixia filosófica, porque se purificou juridicamente, afastando os pressupostos éticos e filosóficos — aquilo que Mariah Machado chamou de alienação da essência ética do Direito. Mas Habermas adverte: é preciso adquirir consciência sobre a juridicidade dos direitos humanos como valores positivados que ainda são tomados no plano moral.

Não obstante o seu caráter histórico, o seu viés jusnaturalista, que não depende da concessão do soberano de plantão, à exigibilidade ou judicialização incorporou-se a noção dos direitos humanos. Isso foi possível graças à recepção dos direitos humanos pelas ordens jurídicas internas dos países. E os direitos políticos, na medida em que asseguram aos cidadãos elegerem os seus representantes e participarem da administração do público, revelam-se fundamentais para a satisfação dos demais direitos.



Na concepção hegeliana, o Estado é a organização política de toda comunidade que torna possível uma vida social racional, na medida em que cada um realiza a sua liberdade no todo social e o todo social realiza-se na liberdade concreta de cada um. O abuso e a corrupção tisnam a participação igualitária dos cidadãos na construção e aperfeiçoamento dessa organização política, sobrepõem a realização de interesses individuais aos interesses da coletividade.

Concluo rememorando as palavras de Tocqueville, ainda no Século XIX, em sua última página de *Da Democracia na América*:

*“Sinto-me cheio de receios e cheio de esperanças. Vejo grandes perigos que será possível conjurar, grandes males que podemos evitar ou restringir, e cada vez mais me estabeleço na convicção de que para serem honestas e prósperas basta que as nações democráticas o desejem. As nações de nossos dias não podem evitar que em seu seio as condições sejam iguais, mas dependem delas que a igualdade as conduzam à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou à miséria.”*

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Carlos Araújo) - Passo a palavra neste instante ao Dr. César Bechara, Presidente da CONAMP.

Peço ao Deputado Paulo Piau que presida a sessão enquanto eu vou atender a imprensa.

**O SR. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR** - Que agradável surpresa! Não pela verve do Ministro, mas porque, assim como eu, tenho certeza de que todos esperavam aqui assistir tão somente à já conhecida palestra, ouvir as já tão propaladas palavras da sempre Senadora Heloísa Helena, e qual não foi a nossa grata satisfação, a nossa honra, por poder presenciar o brilho com que se houve neste momento — aliás, um brilho contumaz, senão não teria chegado aonde chegou — o Ministro Joelson Dias. Parabéns, Ministro! Foi com muita satisfação que eu pude apreender um pouco do seu conhecimento.

Deputado José Carlos Araújo, Exmo. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Dr. Joelson Dias; Deputado Paulo Piau, Exmo. membro do



Conselho de Ética e também coordenador do Programa O Peixe e a Arte de Pescar — Ética e Cidadania na Sociedade Brasileira; Exma. Sra. Presidenta Nacional do PSOL, Vereadora Heloísa Helena; de nossa parte, e ainda ansiando por ouvir logo mais a Vereadora Heloísa Helena, resta congratularmo-nos novamente com a organização deste magnífico evento, do qual a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, a maior entidade de classe do Ministério Público brasileiro, que congrega os cerca de 15 mil membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal é parceira. E, mais do que desse programa, é parceira na propalação e na divulgação das mensagens que esse programa, em sua segunda fase, em sua segunda edição, vem trazendo para a sociedade brasileira, porque de nada adianta nós discutirmos, nós debatermos, nós ouvirmos o que se tem a dizer, as mensagens trazidas tanto pela Vereadora Heloísa Helena quanto pelo Ministro, se não levarmos essas palavras, se não levarmos essas mensagens a todos os rincões deste grandioso País em nossa atividade laboral diária. Seja como membros do Ministério Público, seja dentro da profissão que nós abraçarmos, nós temos que ser, na verdade, instrumentos de propalação e de divulgação da ética em todos os rincões deste País, muito especialmente porque vivemos um momento absolutamente emblemático, um momento histórico de convergência.

Eu disse há pouco que parece que os deuses da ética resolveram unir-se neste momento chave da política brasileira, um ano de eleições majoritárias, um ano de eleições proporcionais, em que o clamor popular, a união da sociedade e do povo nas ruas, com participação direta de mais de 2 milhões de pessoas e indireta de outro sem-número delas, conseguiu avançar com a aprovação do Projeto Ficha Limpa. Vivemos um ano eleitoral e tivemos a grata satisfação de, num movimento uniforme e conjugado, ver o Ficha Limpa aprovado, e agora vivenciamos a segunda edição deste evento. São os deuses da ética na política movimentando-se e aliando à sociedade brasileira no sentido de dar-lhe a resposta de que ela tanto precisa e que ela tanto clama há muito tempo.

Há aqueles que questionam a forma como o Ficha Limpa foi aprovado, as minúcias que lhe foram impostas pouco antes da sua aprovação, mas a verdade é que a técnica legislativa me parece que foi seguida, e a interpretação ficará a cargo da Justiça Eleitoral, notadamente do Tribunal Superior Eleitoral. V.Exa., Ministro,



sabe, mais do que todos nós, da responsabilidade que a Justiça Eleitoral carrega neste momento, a responsabilidade de responder satisfatoriamente aos anseios da sociedade brasileira, que brigou, que pressionou e que se uniu para ver o Ficha Limpa aprovado neste momento, neste ano, porque é preciso que as regras por ele trazidas sejam aplicadas, sejam implementadas ainda nestas eleições.

As mudanças que foram trazidas, ainda por ocasião da aprovação no Senado, nada mais são do que reflexos da perfeita técnica legislativa, que foi abraçada inclusive pela lei de inelegibilidade. Tudo mais que se traga, tudo mais que se faça, as dúvidas que porventura surjam em decorrência disso, essas, sim, podem ser traduzidas como casuísmo flagrante, para favorecer ou para beneficiar A, B ou C.

Em nome do Ministério Público brasileiro, quero externar a nossa mais absoluta certeza de que o princípio que abraça a Lei de Inelegibilidade e o do Projeto Ficha Limpa, já aprovado, é o da sua urgente necessidade de implementação, como urgente também é a reforma política, que o povo brasileiro pede há muito tempo, e da forma mais ampla possível.

Aqui quero render homenagens ao Parlamento brasileiro, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, que atendeu ao clamor das ruas e deu a resposta que nós todos, Ministério Público, Judiciário e sociedade brasileira, tanto esperávamos.

O Ministério Público nada mais é do que um instrumento social. O Ministério Público tem um mandato constitucionalmente delegado pela sociedade — a última destinatária e a primeira destinatária de seus préstimos — e tem como mister a obrigação de responder a tudo aquilo que a sociedade espera do Estado.

Para o cidadão que busca o aparato estatal, pouca diferença faz se do outro lado do balcão está o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Judiciário ou o Parlamento. O cidadão que busca o aparato estatal quer a resposta do Estado. E o Estado, onde estiver, seja por que instituição ou Poder estiver representado, tem que dar resposta à altura daquilo que a sociedade pede, exige e que lhe é de direito.

Que o tema trazido novamente nesse evento espraie-se por este País afora, que é o que todos nós desejamos. O princípio de união já foi estabelecido, o pontapé já foi dado, a largada já foi dada. Espera-se, agora, que Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e sociedade civil organizada façam sua



parte e respondam satisfatoriamente com o início de uma mudança legislativa, com o início de uma reforma política, que é o que este País efetivamente precisa.

Parabéns, Deputado Paulo Piau. Parabéns a todos nós que fazemos parte desse momento histórico para a política brasileira.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Piau) - Agradecemos a mensagem ao Dr. César Bechara.

Passo a palavra à Vereadora, Senadora, Presidenta do PSOL, Heloísa Helena.

Antes, porém, quero deixar à vontade o Dr. Joelson Dias e também o Dr. César Bechara, pois sei dos compromissos que têm. Sintam-se à vontade.

Senadora Heloísa Helena, chegamos ao nome da senhora não por acaso. Ao montar esse seminário, tínhamos algumas alternativas, mas, dentro do Conselho, com as entidades, chegamos à conclusão de que o seu nome reunia as condições para falar sobre o processo de eleições deste País, pela sua conduta, experiência e até mesmo pela senhora ser do Nordeste, sem nenhum demérito ao Nordeste, mas sabemos que as culturas são diferentes nas diversas regiões deste País. Sobreviver como política ética no Nordeste, é porque a senhora tem uma formação realmente diferente. Essa foi a razão.

A Senadora foi convidada exatamente para falar sobre como acontece o processo eleitoral, suas dificuldades, condições diferenciadas entre os candidatos que não têm recursos, entre os candidatos que usam recursos escusos nesse processo. Portanto, essa informação é importante para nossa tomada de consciência.

Passo a palavra à Senadora Heloísa Helena, para que, durante o tempo permitido, possa fazer sua palestra.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** - Primeiro, quero abraçar carinhosamente a todas e todos e saudar S.Exa. o Ministro Joelson Dias, o Dr. César Bechara e o Deputado José Carlos. Quero, de uma forma muito especial, agradecer ao Deputado Paulo Piau a generosidade democrática e a delicadeza do convite.

Quando S.Exa. me ligou, tivemos oportunidade de conversar, e, junto com os funcionários do Conselho de Ética, ele disse que queria que eu fizessem uma



exposição sobre a realidade da política local, da política no Brasil, da política brasileira, enfim. E eu fiquei pensando: mas vai ser tão chato, porque é uma coisa muito ruim. Sobre o tema da ética, eu acho que S.Exa, o Ministro Joelson, fez uma exposição extremamente importante sobre essa temática. Ética é um tema de alta complexidade, não é uma coisa qualquer, porque não é simplesmente a comparação racional entre valores, é um tema de alta complexidade.

Existem belíssimas contendas, belíssimas e duras polêmicas filosóficas, sociológicas, ideológicas tratando do tema da ética, especialmente da ética na política. Talvez um dos mais belos e extremamente polêmicos exemplos seja justamente a tragédia de Antígona, de Sófocles. As leis da cidade estabeleciam o impedimento do sepultamento dos inimigos. Mas quando, de repente, o inimigo que foi morto era o irmão de Antígona, esta, que concordava inteiramente com a lei, rompeu com a concepção que tinha, de concordância com a lei, e realizou o sepultamento do irmão.

Então, vejam como é um debate extremamente complexo e polêmico, em que se não pode fazer simplesmente uma comparação racional entre valores, porque às vezes, o valor do amor e da família, em alguns momentos, acaba pesando mais do que a lei, mesmo quando você a considera justa. Então não é um debate fácil.

A ética da guerra e a ética da paz: aqui o mesmo valor, o mesmo atributo é duramente condenável em uma situação e aplaudido em outra. A concepção da mentira e da verdade na ética da guerra e na ética da paz é completamente diferenciada. O mesmo acontece em relação ao militante de esquerda, que sempre acompanhou contendas e polêmicas históricas sobre a ética do capital e a ética do trabalho.

Então, para, de alguma forma, melhor tratar desse tema muito complexo e polêmico, eu resolvi abordar a realidade brasileira com uma concepção aparentemente simples, mas de muita sabedoria, que é a concepção sobre ética na política em um dos momentos mais duros dos embates da vida nacional.

D. Pedro Casaldáliga, com todo respeito a todas as outras concepções religiosas, com certeza está acima de todas elas. D. Pedro Casaldáliga fez uma observação extremamente importante sobre o que ele dizia ser ética na política. Ele simplesmente formulou: *“Ética na política é vergonha na cara e amor no coração”*.



Algo aparentemente simples, humilde, mas tão importante para qualquer avaliação que se possa fazer da realidade política brasileira. Até porque qualquer pessoa de bom senso, se parar um pouquinho para observar como é que se compõe a política brasileira — as engrenagens que a movem; as engrenagem do poder político, econômico, midiático; as engrenagens do processo eleitoral; as engrenagens do funcionamento das instâncias de decisão política e dos espaços de poder — verá que é realmente um processo angustiante.

Eu digo sempre que eu sou uma pessoa movida pela esperança, mesmo que a realidade implacável diga não, mesmo que às vezes eu me questione em que momento da etapa da superação da vida estamos. Temos sempre que nos imaginar aqui, nesta experiência, numa passagem, porque senão, para quem é honesto, militar na política brasileira fica algo quase que incompatível. É como se a política fosse o melhor dos mundos para as excelências delinquentes; é como se fosse o melhor dos mundos para quem olha as instâncias de decisão política e os espaços de poder como mecanismo para conjugar, de todas as formas e modos, o verbo roubar.

Pessoas passam pela política sem introduzir o menor componente da justiça social ou, ao menos, da sensibilidade humana. Desde o processo eleitoral é assim. Porque tudo o que acontece na vida das pessoas, queiramos ou não, desprezemos ou não, tenhamos ou não a caracterização vulgar do que é a política, tudo depende de como se move e se movimentam as instâncias de decisão política e os espaços de poder.

Então, como acontece o processo eleitoral brasileiro? Foi o que o Deputado Piau mais pediu para que explicitássemos. Qual é a nossa humilde compreensão, qual a vivência que temos ao andar por todos os Estados brasileiros, ou ao militar em um dos Estados. Tenho certeza de que cada uma das personalidades políticas, éticas que são, têm as suas dificuldades nos seus respectivos Estados, como quem é militante do movimento social em qualquer outro espaço. Mas como a política viabiliza a realidade objetiva, justamente para que essa realidade objetiva continue viabilizando a permanência *ad aeternum, ad infinitum*, desses componentes do Estado não democrático, mas totalitário, que são justamente: a corrupção, o nepotismo, a experiência de tratar os cofres públicos como se fossem uma caixinha



de objetos pessoais para os seus bandos, para as suas quadrilhas, para as suas famílias ou para seus espaços específicos?

Então, em alguns momentos, até onde a gente tem boas leis — e é por isso que o Deputado Piau e eu conversávamos sobre o papel do Parlamento, seja o Parlamento considerado o mais simples, mas tão importante, como uma Câmara de Vereadores, até o Congresso Nacional — a fiscalização é a tarefa nobre dos atos do Poder Executivo. Mas, ao mesmo tempo, a fiscalização, o monitoramento e o controle é algo que a sociedade nos delega, mesmo com todos os importantes mecanismos de controle social que a sociedade conquistou no âmbito do arcabouço jurídico da legislação em vigor, para que ela diretamente o faça — mecanismos de controle social sem necessariamente a representação dos Parlamentares. Mas quando um Parlamentar exerce com autonomia, com altivez e com ética o seu papel de fiscalização de monitoramento e de controle, em muitos momentos ele é implacavelmente combatido pelos Executivos e, portanto, ele perde a oportunidade não apenas de cumprir a sua obrigação, mas de defender o povo, que ele diz representar. Vamos dar um exemplo na área da saúde.

Na área da saúde, a sociedade brasileira conquistou a mais importante legislação do Planeta Terra. Só se em alguma viagem interplanetária alguém identificar uma melhor. Mas não há, em nenhum país, um arcabouço jurídico, uma legislação tão importante como a legislação da Saúde.

Os princípios doutrinários que estão na lei, os princípios organizativos e administrativos que derivam desses princípios doutrinários, em nenhum outro país têm uma legislação tão importante como essa. E o que acontece, na realidade objetiva? Um abismo entre o que foi conquistado na lei e a realidade objetiva de vida das pessoas.

Imaginem uma personalidade política parando um pouco para observar como funciona o serviço de saúde para o pobre — porque para quem tem plano de saúde, para quem tem um amigo profissional médico, que de alguma forma interceda por ele num momento de angústia, de dor ou de sofrimento, é outra história. Mas um pobre, não. A grande maioria da população brasileira quando vai a um centro de saúde ou a uma localização geográfica chamada Programa de Saúde da Família, primeiro, em todos os municípios — em todos os municípios brasileiros — ela



enfrenta uma verdadeira peregrinação de humilhação, de dor e de sofrimento para conseguir ver 1 profissional médico ou um profissional da saúde. Aí ela consegue ver o profissional — e que esperamos sempre, eu, como profissional da saúde, que ele examine ao menos a estrutura anatomofisiológica com toda a dedicação e sensibilidade e toque o outro como gostaria que o seu ser mais amado fosse tocado. Que ao menos isso fosse cuidado, com a competência e a sensibilidade necessárias para isso.

Então, o povo, que nós, personalidades políticas, dizemos representar, a população vai para lá, para a unidade que representa o povo, que o político diz que representa. A pessoa vai lá, o ser humano, aquele que os cristãos dizem ser templo sagrado do Espírito Santo. Então, vai até lá essa pessoa. Quando ela consegue ver um profissional da saúde, depois de passar a noite na fila, na humilhação, na necessidade — se ela já chegar com uma queixa, e disser, no caso da mulher: *“Estou sentindo um nódulo na mama. Estou sentindo um carocinho na mama”* — este profissional vai dizer para ela, para você ver se existe ética nessa política: *“Ah, então a senhora vai precisar fazer um exame. Mas esse exame que a senhora vai precisar fazer eu não tenho a requisição hoje...”*

Porque vocês sabem que nos serviços de saúde há várias requisições, um arco-íris de cores lindas para requisições. A requisição amarela é para uma coisa, a requisição azul é para outra coisa, a requisição branca é para outra coisa. Então, se a mulher precisar de uma ultrassonografia ou de uma mamografia, ela vai precisar de uma tal requisição amarela que só existe em pouca quantidade nos serviços. E ela não vai receber naquele dia. Ela vai ter de voltar para o serviço, vai ter de enfrentar outra fila para conseguir o acesso ao bendito papelzinho amarelo. Aí ela volta 15 dias, 20 dias, 30 dias depois para conseguir o papelzinho amarelo, a requisição amarela.

Então ela consegue a requisição amarela, que tem prazo de validade de 30 dias. Ela vai para uma outra fila, uma ferramenta técnica extremamente importante chamada CORA, que é a fila do computador. Ela conseguiu. Ela foi para uma fila, viu o profissional de saúde, 15 dias depois ou 20 dias depois ela voltou para outra fila e conseguiu a requisição amarela. Depois, ela foi para outra fila, nas madrugadas, para o CORA, marcar o exame que ela vai fazer. Ela é comunicada, na hora em que



vai fazer o exame, que só tem vaga para daqui a 4 ou 5 meses. Então, ela marca para daqui a 4 ou 5 meses e, se alguém bem a ela orientou, ela pode não perder esse tempo. Porque se alguém não orientou direito, quando ela chegar lá, ela vai ser comunicada que passou a validade da requisição e ela vai ter de voltar tudo de novo.

Aí ela conseguiu, 5 meses depois, fazer o exame. Identificou-se que ela vai ter de fazer uma mastectomia, uma cirurgia mutiladora do corpo, da alma, do coração de uma mulher para quando ela está com câncer. Ela vai ser surpreendida com a notícia de que não há leito do SUS para fazer essa cirurgia mutiladora e ela pode esperar 8 meses, 9 meses ou 10 meses.

E quando é que ela não espera? Vejam como acontece a vida política cotidiana. De repente, ela pode encontrar uma personalidade política que, pela promiscuidade que tem com o Executivo ou por ser dona de um serviço de saúde, ou por ter um amigo igualmente político médico, ou fura a fila, ou consegue que ela faça o exame por um baixo preço. Ou seja, faz pelo leito do SUS, mas de repente faz por 4 mil, por 5 mil por fora, para garantir que a cirurgia seja feita antecipadamente.

E a população simples? É o dia a dia. A população simples muito vezes vota na personalidade política porque a personalidade política lhe fez um favor. Fez a generosidade do favor. Imagine o que é para uma mãe de família pobre, com o filho ardendo em febre em casa não conseguir o serviço de saúde para ver o filho. Aí aparece uma personalidade política que tem algum mecanismo de tráfico de influência, de intermediação de interesse privado, de exploração de prestígio, daquilo que está dito no Código Penal que dá cadeia. Olhem só como são difíceis as engrenagens da vida cotidiana e a ética na política.

E se há um Parlamentar que fiscaliza, que monitora, que exige do Executivo que ele estabeleça os procedimentos investigatórios e garanta a eficácia e a resolutividade, como manda a lei do serviço, a ele caberá perseguição política implacável.

É só observar o calendário das liberações de emenda do orçamento. É só observar. O Parlamentar que é independente, que fiscaliza, que denuncia a bandalheira, a roubalheira, os crimes contra a administração pública, esse que



desista de ver uma emenda sua liberada, mesmo que essa emenda a ser liberada seja uma emenda que nem ele tenha 20%, 30% das empreiteiras, das construtoras, do “propinódromo”, que, por sua vez, também viabilizam o financiamento de campanhas. Quem tem dinheiro para financiar a campanha? Campanhas maravilhosas, campanhas onde o “enrolation” funciona de uma forma criativa e primorosa. Então, quem tem o dinheiro? Quem tem o dinheiro é o poder econômico. O poder econômico, ao financiar, por sua vez já financia aquele que, quando lá estiver, vai defender os interesses do seu financiador. E, por sua vez, aquele quando lá está, aquilo que é da razão de existir, que é a independência... Olhem só o texto constitucional. Cláusula pétrea constitucional, nada há que possa modificar, que é a independência entre os poderes. Cláusula pétrea constitucional.

Por outro lado, essas mesmas instituições e a mesma política legítima no imaginário popular que as maiorias corruptas dos legislativos têm de funcionar. E aí cabe tudo, desde as fórmulas criativas dos dólares nas peças íntimas do vestuário masculino até os grandes escândalos envolvendo os mais diversos projetos para viabilizar a modificação da lei. Por isso é que é muito difícil, e às vezes até isola a maioria da população brasileira, sem nenhum maniqueísmo desonesto intelectualmente, se pudéssemos dizer, do bem, de querer participar das instâncias de decisão política dos espaços de poder. Porque ou você é uma pessoa movida pela esperança *ad aeternum* ou um masoquista contumaz, pois realmente é difícil. Como é que você estabelece como modalidade preferencial de nado o nadar contra a correnteza todos os dias para viabilizar a ética na política? A ética, que é da razão de existir da política. Supõe-se que é da razão de existir da política.

Aliás, não precisaria nenhuma formulação filosófica, antropológica ou sociológica. Diz o Código Penal que tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, corrupção passiva e ativa dá o quê? Encarceramento, cadeia. Aí a gente vive numa sociedade onde o pai de família pobre, a mãe de família pobre se roubar uma pequena coisa vai ser condenada a uma cela imunda, a um presídio desumano. Então, imaginem o que isso legítima no imaginário popular. Qual é a ética da política que permite que não se promova os investimentos que são necessários na educação, se qualquer pessoa de bom senso, independente de ser de direita ou de esquerda, do partido que milita, sabe que



educação, música, cultura, esporte é um mecanismo fundamental para disputar as crianças e os jovens com o narcotráfico? Por que não promovem a ética na política para promover os investimentos que são necessários para minimizar o risco de que crianças e jovens sejam disputados pelo narcotráfico?

Aí alguns de nós nos angustiamos quando vemos na televisão, nos meios de comunicação, milhões, milhares de jovens, um menininho de 6 anos de idade, de 7 anos de idade, que, antes de ser considerado criança, é chamado de mula. Isso é nome para criança? Mula, avião, fogueteiro, mula do *crack*. Está lá a pedrinha de *crack* que parece uma rapadura de 1 quilo e que custa 17 mil reais. Quando é quebrada em várias pedrinhas, custa 36 mil reais. Como pode existir ética na política quando todos sabem — pelo menos os organismos oficiais da Polícia Federal sabem — quais são as principais rotas por onde transitam pasta-base de cocaína, solvente, quais são os laboratórios, no Brasil, que produzem grande quantidade de solventes? Não há unha de mulher suficiente para consumir tanta acetona, porque é efetivamente para manipulação de pasta-base de cocaína. Se todo mundo sabe quais são os mecanismos tecnológicos para minimizar o risco, para monitorar, para fiscalizar, por que efetivamente não são usados?

Ora, só não será feito o combate ao narcotráfico se efetivamente existirem personalidades ou do mundo da política, ou do mundo da Justiça ou do mundo econômico que se beneficiem com isso, é evidente. Se não, seria impossível haver tanta impunidade em relação a esse ambiente.

Na área da educação ocorre a mesma coisa. Quando analisamos os mecanismos legais da educação infantil, do ensino fundamental, da educação de jovens e adultos, do ensino profissionalizante, do ensino superior; quando analisamos o conjunto de normas, de detalhes, quanto custa uma criança na zona rural, na zona urbana, vemos que o detalhamento da lei é gigantesco. Na área da saúde, da educação, da segurança pública, na política econômica, na reforma tributária, nos mecanismos de dinamização da economia local, na geração de emprego e renda, no saneamento, na habitação, em todos os setores, não falta proposta, projeto. Falta fiscalização, monitoramento e controle das instâncias de decisão política, dos espaços de poder e da população de uma forma geral. O que é mais triste mesmo é que, embora haja um preconceito implacável contra o voto dos



pobres, sempre aparece alguém que diz: “*E o voto dos analfabetos? E o voto da pobreza?*” O pior é que muitos daqueles que se articulam votando ou trabalhando pela preservação dos menos éticos da política — se é que pode haver hierarquia entre ser menos ou mais ético — são justamente aqueles que, de alguma forma, compreendem o que está acontecendo no País; sabem quais são as personalidades políticas que efetivamente precisam do mandato para não ir para a cadeia ou para continuar patrocinando os crimes contra a administração pública e que, de alguma forma, são financiadas, legitimadas pelos meios de comunicação e proprietárias dos meios de comunicação e de tudo aquilo que a legislação em vigor diz que não pode haver.

Por isso, é muito difícil para todos aqueles dos movimentos sociais, das forças vivas da sociedade; para os que fazem militância política, efetivamente se comprometendo com a justiça social, com a ausência de crimes contra a administração pública, com o rigor de viabilizar, ao menos de forma honesta no trato com a coisa pública, a militância política. É muito difícil, muito difícil. É muito desigual, muito. É o cadastramento do processo eleitoral, da pobreza e dos miseráveis. São os verdadeiros currais eleitorais em todos os Estados. Nota-se isso com clareza. Às vezes, quando as pessoas falam em voto distrital, digo que já existe um tipo de voto distrital em que personalidades políticas estabelecem determinadas áreas das suas cidades e dos seus Estados como currais invioláveis de determinadas personalidades políticas. E, para isso, eles fazem de tudo: do crime contra a administração pública ao crime contra a vida.

Apesar de todas as gigantescas dificuldades que temos obrigação de observar na vida e na realidade da política brasileira, não podemos dar a ninguém o direito de nos roubar até a nossa esperança, até aquilo que nós temos de mais belo, que é a possibilidade de construir mesmo em escombros, porque objetivamente esta é que é a realidade da política brasileira: escombros, escombros, onde pouco existe de honestidade, de sensibilidade e de justiça social. Aquilo que os humanistas espanhóis, de forma tão linda, diziam — que a lei, ao ser aplicada, tem de ser flexível para o fraco, firme para o forte e implacável para o contumaz — na realidade brasileira é completamente diferente. Aquilo que até Jesus Cristo, com mais de 30 anos de honesta, linda e revolucionária paciência, tratou de forma diferente, a lei



também devia tratar de forma diferente, como também as instâncias de decisão política. Até Jesus Cristo tratou diferente o ladrão pobre e o ladrão rico. O ladrão pobre, Dimas, que estava com Ele ao lado da cruz foi quem primeiro Ele levou para o céu: *“Estarás comigo hoje no reino do meu Pai”*. O ladrão rico teve de devolver 4 vezes o produto do roubo para poder ter acesso ao perdão e conversar com Jesus. Imaginem na realidade objetiva.

Por isso, todos os mecanismos de fiscalização, monitoramento e controle em todas as entidades da sociedade civil, as forças vivas da sociedade, mesmo quando existem divergências. Há coisas que eu considero absolutamente antiéticas na concepção de política econômica, de relações comerciais internacionais, de desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social. Até aquilo que pode ser considerado o mínimo no conjunto de valores universais, que é não roubar e não matar, que nós sejamos capazes de estar fiscalizando, monitorando, controlando, enfim, a realidade política brasileira, já que talvez muitos gostariam de exigir o que dizia Confúcio, ou melhor, Jesus: *“Faça ao outro o que gostarias que te fizesse”*

Ao menos isso, porque há necessidade de que a sociedade, de uma forma geral, deixe de tratar com naturalidade a miséria, a indigência social, a corrupção. Determinadas pessoas podem ser consideradas violentas se entrarem na sua casa e roubarem o seu patrimônio, ou violentarem o seu filho. Mas quando roubam os cofres públicos, essas pessoas às vezes tratam isso de forma natural. Considero triste esse comportamento, porque, quando se rouba os cofres públicos, joga-se uma menina na prostituição para vender o corpo por um prato de comida, ou um menino para ser olheiro, mula, avião, fogueteiro do narcotráfico.

Ausência de condições objetivas de vida que impeçam tanta indigência e tanta miséria humana; que acabem, pela indigência social, pela miséria humana e pela vulnerabilidade social, a criação e a perpetuação de personalidades políticas que não têm ética, não têm amor, não têm sensibilidade. Essa é uma tarefa especialmente da sociedade, independente, como muito bem aqui disseram o Ministro, o Deputado e o Ministério Público sobre o projeto aprovado, dos mecanismos de fiscalização, monitoramento e controle da sociedade em relação àquele que já se sabe, mesmo que ele não tenha nada julgado em última instância, para que ele quer o mandato. Ou quer o mandato para ter a impunidade e não ir



para a cadeia; ou quer o mandato para continuar tendo os instrumentos para conjugar de todas as formas e modos o verbo roubar; ou quer o mandato para aniquilar qualquer tentativa de possibilidade de justiça social. Note-se que a injustiça social também perpetua, fomenta e faz continuar, sendo a seiva para continuar a florescer esse tipo de infâmia, da permanência de algumas personalidades políticas nas instâncias de decisão política e nos espaços de poder. E isso, queiramos ou não, é responsabilidade nossa.

Quando eu falo, não quer dizer que eu fique 100% das horas do dia movimentada e esperançosa. Isso é impossível. Todas as pessoas têm seus momentos de tristeza, de desencanto, de vontade quase de desistir, porque é difícil ser ético na política, com a realidade política brasileira. É um exercício cotidiano muito grande de valoração do que se é, não necessariamente na esperança de ser respeitado eleitoralmente, porque às vezes são muitos dos bons, dos honestos e dos dignos que também não são eleitos. Muitos honestos e dignos não são eleitos, e muitos desonestos e indignos, patrocinadores das formas mais infames de tratar as instâncias de decisão política e os espaços de poder, são eleitos e continuam a reinar impunemente.

Então, é de fundamental importância que todas as pessoas que se preocupam ao menos com a justiça social estejam integradas, participando dessas instâncias, concorrendo, participando dos movimentos sociais, dedicando as suas vidas, seus nomes, seu trabalho, e patrocinando todas as formas de fiscalização, monitoramento e controle nas instituições e no processo eleitoral, para realmente um dia ela existir, porque são exceções aqueles que vivenciam a ética na política.

Para que um dia, realmente, ela exista — talvez muitos de nós não vejamos isso — temos que continuar trabalhando, até nessa expectativa de, mesmo que não se venha a ver uma sociedade ética, mesmo que não se venha a, com essa estrutura anatomofisiológica, nela estar, mas que ao menos tenhamos a consciência tranquila e o coração feliz de que estivemos com aqueles que estavam mexendo na terra, escolhendo e plantando sementes, ou vislumbrando a possibilidade de que outras gerações, realmente, vivenciem um novo mundo de pão, de paz e de solidariedade para todos, e que só acontecerá com a ética na política.



Se atualmente ela não acontece é porque infelizmente a maioria dos que estão nas instâncias de decisão política e nos espaços de poder não têm compromisso com a ética na política, com a justiça social; não têm compromisso sequer em zelar por aquilo que manda o arcabouço jurídico e a legislação em vigor no País.

Mas eu não tenho dúvida de que um dia haverá ética na política, e isso sem dúvida está nas mãos, nos corações e na militância de todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Carlos Araújo) - Quero registrar a presença do Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB.

Com a palavra o Deputado Paulo Piau.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Bom dia a todos.

Eu quero agradecer a presença a todos e cumprimentá-los pelas exposições, tanto do nosso Ministro quanto da nossa Senadora, do nosso Presidente do CONAMP. Realmente, o objetivo é exatamente esse, trazer informações importantes para todos tomarmos consciência.

Nós atrasamos um pouquinho nosso evento, mas eu recuperarei o tempo para termos um horário de almoço normal e podermos voltar às 14h.

Eu quero fazer uma declaração do que percebemos. O Deputado Luiz Carlos Hauly e o Deputado José Carlos Araújo estão aqui e sabem que são muitas pessoas no Congresso Nacional que pensam deixar a política. São muitas. Nós, que conversamos com todos sabemos disso, exatamente pelo processo desenvolvido durante uma campanha eleitoral.

Eu chamo a atenção, para o fato de que poderá haver em 2010 uma das eleições mais corruptas da história deste País. Por isso mesmo é que acreditamos muito na democracia, formando uma teia social, Aliás, o maior controle que há é o controle social. Não há a Polícia, não há a Justiça, não há o Ministério Público tão eficientes quanto o controle da própria sociedade. Nisso, ganhamos esperança, como disse a Senadora Heloísa Helena. O Ficha Limpa é um exemplo claro de um projeto da sociedade que veio e o Congresso reagiu positivamente. Isso é um sinal extremamente positivo de que as coisas são possíveis neste País.



O resultado desse seminário é exatamente dar informações para que cada entidade componente do Programa O Peixe é a Arte de Pescar — somos 10 entidades — possa levar essas informações aos eleitores, porque, na verdade, o eleitor é que faz essa teia do controle social.

Quero dizer que o auditório não está muito cheio, mas isso não tem problema, porque os meios de comunicação estão transmitindo isso para o Brasil inteiro, por meio da Internet e, evidentemente, dos meios de comunicação aqui da Câmara Federal.

Bom, qual é o retrato do comportamento ético no mundo de hoje? Sempre falamos que as pessoas estão perdendo o temor a Deus. Isso é um fato comprovado; as conquistas materiais sufocam as conquistas espirituais. O mundo como um todo, talvez pela abertura das culturas, a globalização, através dos meios de comunicação, está fazendo com que o povo, de uma maneira geral, esteja um pouco sem rumo, eu diria assim. Então, há um desequilíbrio.

O temor das pessoas é serem pegas fazendo algo imoral ou ilegal e serem privadas de sua liberdade. Quer dizer, este é o único temor: eu posso fazer alguma coisa, mas a única coisa que me amedronta é ser pego e ter a minha liberdade tolhida. Tornou-se raro o velho fio do bigode a garantir as relações comerciais.

Bom, no conturbado no século XXI a palavra tem pouco valor, o próprio escrito é discutido. Pessoas sem ética contratam operações, para depois no vencimento, alegar um sem-número de motivos para não honrar o que acordaram. Quantas pessoas buscam apenas o lucro fácil não importando as origens dos ganhos, não é?

A consequência desse processo, acho que a Senadora já falou dela, é a fome. Exatamente, hoje, 1 bilhão de pessoas são desnutridas no mundo. São Tomás de Aquino fala que *“a pessoa com fome tem direito a tudo”*. A pessoa com fome tem direito a tudo, interpretem o “tudo” como quiserem, não é. O terrorismo, o tráfico, a violência, a guerra, a injustiça. João Paulo II, o Papa, disse: *“Todos queremos a paz, mas poucos querem fazer justiça”*. A destruição da natureza, a insustentabilidade, o medo e a corrupção. De Gondi, no século XVII, na França, tem uma frase célebre: *“Quando os que mandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito”*.

Então, veja que frase ainda atual para a nossa realidade brasileira hoje.



Isso aí é aquela célebre frase de Rui Barbosa. Não vou lê-la, pois todo mundo já sabe. Mas, se a gente fizer uma reflexão, ela está mais atual, e já faz mais de 100 anos que Rui Barbosa disse, que “*passamos a ter vergonha de ser honestos*”.

Movimentos mundiais. Movimento mundial pelos direitos humanos, meio ambiente e a ética. Direitos humanos, na década de 40, campos de concentração. E até pouco tempo aqui, no Brasil, víamos a própria Polícia, enfiando agulha debaixo da unha das pessoas, queimando com fogo para que se confessasse um determinado crime. Sabemos disso. E os direitos humanos vieram e se transformaram num movimento mundial. A mesma coisa, o meio ambiente. Na década de 70, a sociedade percebeu que precisava fazer alguma coisa, e ele se transformou hoje num movimento mundial. E a ética? Tudo indica que a ética está vindo também num movimento realmente mundial. Isso já está perceptível.

Essa iniciativa da Câmara dos Deputados pela ética — a sociedade brasileira, vivenciando um período recorde no regime democrático, na verdade, está há 20 anos, mas já são 21 anos — passa a exigir do Parlamento ética, transparência e eficácia. Assim nasceu o programa O Peixe e a Arte de Pescar.

Eu agradeço ao Presidente do Conselho de Ética, Deputado José Carlos Araújo, por nos confiar a coordenação desse programa, juntamente com várias outras entidades. O objetivo é organizar uma rede de cooperação institucional para produzir materiais, realizar estudos e atividades que promovam os valores éticos. Os responsáveis são a Câmara dos Deputados, Conselho de Ética e Centro de Informação, Treinamento e Aperfeiçoamento — CEFOR, uma escola que existe na Câmara dos Deputados, que tem inclusive cursos de pós-graduação, um órgão técnico da Câmara que coordena esse projeto —, e o conselho das entidades parceiras. Vou relacioná-las daqui a pouco.

A estratégia é estimular as ações de pesquisas sobre os temas nas instituições parceiras, convidar representantes de instituições e organizações para compor a rede, oferecer espaço para a divulgação das ações e realizar um fórum anual — neste ano, porque é um ano eleitoral, o conselho das entidades decidiu que seria Ética nas Eleições de 2010. E assim estamos fazendo.

Entre as instituições parceiras, estão: a Associação dos Magistrados Brasileiros, o Lions Clube, a Associação Nacional dos Membros do Ministério



Público, a CNBB, a OAB, o CONIC, a Maçonaria, o Rotary e a UNALE — União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais.

Alguns resultados: a Câmara já fez um protocolo de intenções, já realizou um seminário em 2007 e outro em 2009, tem um acordo já assinado de cooperação entre todas as entidades, constituiu a rede de ética e cidadania e o conselho de parceiros, aprovou a incursão, a pedido, de 3 novas instituições, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a Federação Nacional dos Bancários Securitários e o Movimento Cristão Jovem, criou um *hot site* e fez um levantamento sobre as iniciativas pela ética no País em instituições públicas e privadas.

Aqui, apenas a título de conhecimento, veem-se as iniciativas pela ética no Brasil, os órgãos do Poder Executivo que têm Comissão de Ética. Acho que esse dado não havia sido reunido, e agradecemos às pessoas que fazem parte do Conselho de Ética e também do CEFOR e buscaram essas informações: a Presidência da República, os Ministérios da Agricultura, da Defesa, da Educação, da Fazenda, da Justiça, da Saúde, das Cidades, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Meio Ambiente, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, o Supremo Tribunal Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados.

Alguém pode até dizer que esses conselhos não funcionam bem, e acho até que temos muito a caminhar, mas é muito melhor ter o conselho com seu regulamento, com seu regimento e as pessoas saberem que podem ser julgadas do que não ter nada. Então, ainda temos que avançar bastante.

As agências reguladoras que têm Comissão de Ética são: ANA, ANAC, ANEEL, ANATEL, Agência Nacional de Petróleo, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Saúde Suplementar e a própria ANVISA.

Outros órgãos que têm Comissão de Ética são: Banco Central, BNDES, CODEVASF, Comissão de Valores Mobiliários, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, Correios, DNIT, PETROBRAS e SUFRAMA.

Da mesma forma, no Executivo podemos dizer que não vemos muita coisa, mas é preferível cada uma dessas entidades ter o seu Conselho ou a sua Comissão de Ética do que não tê-los.

As Assembleias Legislativas que possuem Comissão de Ética são as do Distrito Federal e as dos Estados do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais,



da Paraíba, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe, de São Paulo, do Amazonas e do Amapá. Então, chegamos à conclusão de que algumas Assembleias Legislativas não têm Comissão ou Conselho de Ética.

Câmaras Municipais das Capitais com Comissão de Ética ou Corregedoria: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória.

O levantamento preliminar apontou 43 Prefeituras Municipais com Conselho de Ética em todo o País, e, das Capitais brasileiras, apenas 4 possuem Conselho de Ética: Belém, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Aqui me veio um primeiro estímulo: se entidades como Rotary, Lions e Maçonaria realmente desejam um Brasil mais ético, por que não começar um movimento na própria cidade? Ou as Câmaras de Vereadores, ou as Prefeituras. São tão poucas com Conselho ou Comissão de Ética ou Corregedoria que vale a pena fazermos um trabalho nacional para estimular Prefeitos e Presidentes de Câmara a constituir Comissões de Ética.

Aqui estão os Conselhos — não vou ler todos — de profissões que têm Conselhos de Ética. Vez ou outra, vemos a OAB fazer o dever de casa, vemos o Conselho de Medicina fazer o dever de casa, o de Engenharia, e assim por diante. Podem não estar ainda, como os Conselhos de Ética públicos, funcionando como a sociedade quer, mas é preferível ter o Conselho e o profissional saber que ele pode ser julgado do que não ter Conselho. Então, acho que isso é uma vitória e uma esperança que surge.

Também há iniciativas pela ética no setor privado — vejam que não é apenas uma coisa do Poder Público —, porque a sociedade civil também está preocupada: Associação Brasileira de Imprensa, Associação Nacional de Jornais. Podemos até questionar que são poucos os jornalistas julgados, mas é aquela história: é preferível ter e eles saberem que podem ser julgados do que não ter. Precisamos avançar, evidentemente. Bradesco, Confederação Nacional das Empresas de Seguros, Comissão de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, CONAR — Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, Federação Nacional dos Jornalistas,



Federação das Indústrias de Minas Gerais, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Grupo Pão de Açúcar, Instituto Ética nos Negócios, SESI e Companhia Vale do Rio Doce.

Considerações finais para chegarmos à cartilha: a ética deve estar pautada de forma plena no ciclo de atuação do Poder Legislativo, perante sua posição central no sistema democrático. Comportamento ético e transparência são base da sociedade democrática.

E o Programa O Peixe e a Arte de Pescar busca discutir os princípios éticos na sociedade brasileira, através das instituições parceiras, e conseguir alguma mudança no comportamento da sociedade e do Parlamento brasileiro. E ética, na sua definição mais simples, nada mais é do que o meu comportamento individual perante a sociedade. Eu estou ajudando ou atrapalhando.

Aqui se vê *O Analfabeto Político*, que também não vou ler. É expressão por demais conhecida de Bertold Brecht, que também e mais do que nunca está atual, sobre o analfabeto político.

Quero, por último, dizer da nossa agenda, dessa cartilha que está na pasta de cada um de vocês. Foi um esforço do Conselho de Ética, juntamente com o Centro de Formação — CEFOR, para também levarmos ao eleitor brasileiro alguma informação do valor do seu voto, informações sobre como denunciar um processo espúrio que possa estar acontecendo na sua comunidade. Portanto, está aí a Justiça com seu poder de fiscalizar, o Ministério Público, enfim, há um aparato de informações que o eleitor pode julgar importante para ajudar também, de acordo com o controle social, a melhorar o processo.

A cartilha é autoexplicativa, e não precisamos tecer detalhes. Ela fica à disposição de toda a sociedade.

Quero dizer mais: ao final deste seminário, com toda a informação surgida aqui na parte da tarde, veremos como é financiada uma campanha eleitoral, veremos como se faz e se promove a fiscalização do processo eleitoral, como a mídia pode ajudar em todo o processo, e vamos finalizar com o Deputado Miguel Martini, que coordenou o trabalho do Projeto Ficha Limpa, numa avaliação de como ele pensa que vai ser a sequência disso de agora para frente.



Esperamos a participação de todos, mas vamos ter, ao final, o resumo de todas as informações colhidas neste dia de hoje e vamos passar, evidentemente, por via eletrônica para todos os que aqui compareceram e para todas as entidades que têm interesse em melhorar o processo eleitoral.

Como disse a Senadora, é um processo ainda rudimentar. Temos o Sul, talvez com a cultura um pouco melhor, pela influência da colonização; temos o Brasil do meio — estamos na fase intermediária; e temos o Brasil do Norte e do Nordeste, onde a coisa é ainda mais bruta do que no restante do Brasil. O Brasil é um só, e, portanto, temos que, através das instituições, levar essa mensagem e provocar o eleitor, o verdadeiro dono de toda essa razão e o único responsável por melhorarmos realmente a política neste nosso País.

Portanto, de nossa parte, agradeço a todos e os convido para estar aqui às 14h, na segunda etapa do fórum. *(Palmas.)*